



## **Jornalismo e construção social de fragmentos da realidade: o desmatamento nas páginas do Diário do Pará<sup>1</sup>**

Guilherme GUERREIRO NETO<sup>2</sup>  
Universidade da Amazônia, Belém, PA<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este trabalho busca identificar como o jornal Diário do Pará apresenta à sociedade a cobertura sobre o desmatamento na Amazônia a partir do paradigma construcionista da notícia. Utiliza-se a análise de conteúdo para examinar os textos relacionados ao tema publicados no periódico nos meses de março e abril de 2008. Percebe-se que os fragmentos jornalísticos, quando agrupados em um mosaico, não formam realidade coerente por tratarem com muito mais ênfase a exploração madeireira entre as principais causas do desmatamento. O modo como o Diário do Pará faz a construção social da realidade do desflorestamento é considerado reativo por privilegiar a repercussão de ações e fontes políticas.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Construção social da realidade; Desmatamento na Amazônia; Diário do Pará; Análise de conteúdo.

### **Introdução**

A abordagem da imprensa nacional e internacional sobre a Amazônia é vista de maneira recorrente como mitificação da realidade regional. Há diversos motivos que levam a essa análise. Entre os principais estão a valorização de cenários exuberantes e estereótipos pré-fabricados de povos da floresta e o entendimento da Amazônia como espaço de resolução de problemas externos, característica da ideologia colonialista (DUTRA, 2005). No entanto, deve-se avaliar também como a imprensa da região apresenta a Amazônia nos noticiários. Será que os periódicos regionais traçam um olhar diferente do externo, voltado para as contradições mais latentes na Amazônia? Este artigo apresenta um quadro sobre como um dos principais jornais amazônicos, o Diário do Pará<sup>4</sup>, constrói as realidades sobre o desmatamento na floresta.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista formado em 2008 no Curso de Comunicação Social da Unama, email: [neto.guerreiro@gmail.com](mailto:neto.guerreiro@gmail.com).

<sup>3</sup> Este artigo apresenta parte da pesquisa realizada por mim e Amanda Pereira em trabalho de conclusão de curso, defendido no final de 2008, na Unama, sob orientação da professora Ana Lúcia Prado Reis dos Santos.

<sup>4</sup> O jornal é o único do Pará filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC). Segundo o diretor de circulação do Diário do Pará, Hamilton Pinheiro Júnior, a média diária de exemplares vendidos em maio de 2009 foi de 27 mil.



Ainda que o desflorestamento seja hoje tema relativamente constante nas pautas dos *media*, a dimensão do problema impede que se torne repetitivo. De 1988 a 2008, mais de 36 milhões de hectares da floresta amazônica foram devastados<sup>5</sup>. Sobre o desmatamento, Bertha Becker já afirmava há 15 anos que “seu efeito no ecossistema amazônico como um todo é muito superior aos dados numéricos correspondentes, e o ritmo crescente de desmatamento é preocupante” (BECKER, 1994, p. 85). A perda da floresta traz consequências graves, como a intensificação do processo de mudanças climáticas, a emissão de carbono na atmosfera e a perda da biodiversidade. Sem falar nos aspectos sociais que afetam a população local.

A proposta deste artigo é mostrar, a partir da análise de conteúdo, como o jornal *Diário do Pará* constrói a realidade<sup>6</sup> sobre o desmatamento para seus leitores. Procura-se estabelecer comparações entre as principais causas do desmatamento e a frequência com que são discutidas ou citadas no jornal. Considerando que a imprensa tem papel fundamental na cobrança de ações dos governos e no estímulo para mudanças de comportamento na sociedade, entender de que forma um jornal apresenta o desmatamento na Amazônia para seus leitores revela indícios de como a população regional enxerga a realidade da qual faz parte.

### **Construção de realidades no jornalismo**

A introdução da perspectiva construcionista no âmbito da pesquisa em jornalismo representou uma das principais rupturas do campo no século XX. O contraponto feito pelos teóricos influenciados pela sociologia do conhecimento atingiu a teoria que representava quase um consenso e que, até hoje, é sustentada por muitos profissionais: trata-se da teoria do espelho<sup>7</sup>. Criada a partir da ideologia profissional, a teoria do espelho foi a primeira tentativa de explicar por que as notícias são como são.

---

<sup>5</sup> Dados anuais de desmatamento na Amazônia, de 1988 a 2008, estão disponíveis em: [http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes\\_1988\\_2008.htm](http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2008.htm).

<sup>6</sup> A noção de construção social da realidade vem da sociologia do conhecimento. Para Berger e Luckmann, “a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’ em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o ‘conhecimento’ do senso comum, e não as ‘idéias’, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente este ‘conhecimento’ que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. A sociologia do conhecimento, portanto, deve tratar da construção social da realidade” (2008, p. 29-30).

<sup>7</sup> A metáfora do espelho, que dá nome à teoria, baseia-se na crença de que a imprensa é o espelho do real e reflete os acontecimentos do cotidiano (PENA, 2006, p. 125). No entanto, para Traquina (2005, p. 149), esta é uma teoria “pobre e insuficiente”.



A justificativa era que a realidade determina as notícias (TRAQUINA, 2005). O jornalista seria, então, um profissional isento, sem interesses e interpretações próprios, que deveria manter o equilíbrio e evitar emitir opiniões.

A mudança de paradigma nas teorias do jornalismo se deu a partir dos anos 1970. O método construcionista define que a referência das notícias é a realidade, mas o noticiário acaba por apresentar ao público outra realidade, distinta da real. As notícias passam a fazer parte dessa nova realidade construída. Apesar de atuar como um participante ativo na lógica interna da produção das notícias, o jornalista não é totalmente autônomo. Há uma adequação do profissional ao planejamento e às normas produtivas das empresas jornalísticas, que “teriam maior importância do que as preferências pessoais na seleção e filtragem das notícias” (PENA, 2006, p. 130). Por outro lado, considera Pena, a rotinização do trabalho não é determinista, existe espaço para a interação entre jornalistas e sociedade.

Dizer que as notícias são construções é diferente de colocá-las no rol da ficção. Elas seriam “estórias” e não podem ser rebaixadas por isso (TUCHMAN *apud* TRAQUINA, 2005). É possível, por esta abordagem, entender que o produto noticioso tem dimensões culturais na continuidade da narrativa. Stuart Hall e outros, citados por Traquina (2005, p. 171), lembram a importância das notícias como horizontes de significação: “Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os ‘mapas de significado’ que já constituem a base do nosso conhecimento cultural [...]”

O paradigma construcionista é desmembrado nas teorias estruturalista e interacionista (TRAQUINA, 2005). A teoria estruturalista defende que os *media* são definidores secundários e mantêm uma relação estrutural com as fontes institucionalizadas, que seriam definidores primários; já para a teoria interacionista o processo de produção das notícias é interativo e há constante negociação entre *media* e agentes sociais. Para este estudo, a teoria interacionista é mais pertinente por considerar a relação de diálogo e a disputa de poder com as fontes.

Os estudos de Tuchman, publicados em *Making News*, de 1978, interligaram a produção sociológica e a perspectiva cultural do jornalismo. A autora considera que a notícia é resultado de negociações entre jornalistas, fontes e leitores (PONTE, 2004). Como há imprevisibilidade dos acontecimentos, Tuchman propõe que as empresas jornalísticas dêem certa ordem ao espaço e ao tempo formando assim uma “rede noticiosa” para buscar os fatos. Para ela, “[...] a formação da rede noticiosa e a forma



como os jornalistas nela estão distribuídos têm importância teórica, dado que são a chave da construção da notícia” (TUCHMAN *apud* TRAQUINA, 2005, p. 189).

Para Lorenzo Gomis (1991), a notícia é avaliada a partir da repercussão que causa na sociedade e a publicação do periódico não é entendida como o fim da construção da realidade. Ele acredita que o jornalismo tem a capacidade de interpretar a realidade social para o público. O jornalismo configura-se como método interpretativo por escolher entre os acontecimentos o que considera “interessante”; por interpretar e traduzir os fatos em notícias; e por mostrar as notícias de modo que o público possa compreender (GOMIS, 1991). Para Gomis, os *media* são “mediadores generalizados”.

Em *La construcción de la noticia* (2005)<sup>8</sup>, Miquel Rodrigo Alsina estuda o jornalismo sob aspectos de uma “sociosemiótica pluridisciplinar”. A comunicação feita pelos *media* é classificada como um processo socialmente legitimado que produz realidades publicamente relevantes (ALSINA, 2005). Se os meios de comunicação transmitem a realidade social, é desta realidade que o jornalismo retira a atualidade, um saber específico que trata em seu discurso. Há, portanto, um tipo especial de realidade construída pelas notícias, que é simbólica, pública e cotidiana.

Para Alsina (2005) é um erro ver os *mass media* como construtores da realidade e desconsiderar a interação com o público. Há um contrato de confiança firmado historicamente que estabelece a relação entre os jornalistas e a sociedade e, assim, legitima a atividade jornalística como intérprete da realidade social (ALSINA, 2005). Alsina define a notícia como “uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível” (2005, p. 17, tradução nossa)<sup>9</sup>.

### **Uma forma de conhecimento**

O jornalista constrói a realidade e a transmite mostrando ao público um mundo possível. Este entendimento leva à noção de que existe um processo próprio de fazer conhecer no jornalismo imprescindível para estabelecê-lo como campo social. Uma das primeiras abordagens que dá ao jornalismo a condição de forma de conhecimento está

---

<sup>8</sup> Publicado originalmente em 1989.

<sup>9</sup> Para Alsina (2005), a representação social funciona como um instrumento que auxilia o indivíduo a entender o que está em volta. O mundo possível é formado por três mundos que atuam na construção da notícia: o mundo real, que seria aquele dos acontecimentos; o mundo de referência, onde a interpretação do jornalista enquadra o acontecimento no mundo “real”; e o mundo possível, que é construído a partir do mundo “real” e do mundo de referência escolhidos.

em um ensaio de Robert Park (1970)<sup>10</sup>. Ele estrutura seu pensamento a partir da diferença entre dois tipos de conhecimento, definidos por William James: o “conhecimento de” e o “conhecimento acerca de”.

O “conhecimento de” é adquirido no cotidiano, em encontros pessoais e na relação com o mundo. Este tipo de conhecimento seria constituído em grande escala pelo hábito e raramente por investigações formais. Já o “conhecimento acerca de” é formal, racional e sistemático (PARK, 1970). Com sua precisão, transforma a realidade concreta em ideias.

Sobre a produção jornalística, Park entende que, “Como forma de conhecimento, a notícia não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, senão do presente – e por isso foi descrita pelos psicólogos como o ‘presente especioso’” (1970, p. 175). O fator efêmero estaria na essência da notícia.

As proposições funcionalistas de Park são avaliadas por Genro Filho (1987), em *O segredo da pirâmide*, como conservadoras e limitadas. O jornalismo também é considerado por Genro Filho (1987) uma forma de conhecimento. Para o autor, existe uma maneira própria usada pelo jornalismo na produção dos fatos, e a notícia aparece como unidade de informação. A partir do conceito de fato, cinco teses são colocadas: a) a realidade social é uma totalidade concreta; b) o conhecimento é um processo infinito; c) o conhecimento social direciona-se para o instante da criação mútua de objetividade e subjetividade; d) o sujeito produz o próprio objeto e é produzido por ele; e) os fatos jornalísticos seriam partes retiradas do todo de maneira arbitrária, são escolhas indicadas por questões histórico-sociais.

Eduardo Meditsch (1992) identifica no pensamento de Genro Filho um significativo avanço nos estudos epistemológicos do jornalismo como forma de conhecimento. Se antes a atividade era baseada no tripé linguagens, tecnologias e ciências sociais, adotado por Nilson Lage, com a contribuição de Genro Filho o tripé foi alterado para linguagens, tecnologias e diferentes modos de conhecimento (MEDITSCH, 1992). Isso leva a um entendimento diferente da profissão, segundo Meditsch, pois o jornalismo como atividade de conhecimento implica, por um lado, não ser apenas uma técnica, por outro, traz um conhecimento diferente da ciência. Ao profissional do ramo, não bastaria a formação de comunicador, teria de ser um produtor de conhecimento.

---

<sup>10</sup> O texto de Park foi publicado originalmente em 1940 no “The American Journal of Sociology” nº 45.

Genro Filho emprega no jornalismo os conceitos de singular, particular e universal, apresentados por Georg Lukács. O autor identifica uma relação dialética entre as três categorias que representam aspectos objetivos da realidade. No fato jornalístico, as três dimensões coexistem (GENRO FILHO, 1987). Mas, para ele, o singular é a matéria-prima do jornalismo e é a forma pela qual se cristalizam as informações.

Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolavelmente ligada (*sic*) à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo. (GENRO FILHO, 1987)

### **Jornalismo ambiental na Amazônia**

Como vertente da especialização jornalística, o jornalismo ambiental é a tentativa de aprofundar os temas ligados ao meio ambiente. Uma das correntes que discute o jornalismo ambiental defende uma postura militante e revolucionária. Segundo Wilson Bueno (2007), quem tradicionalmente detém o monopólio da fala não pode se achar proprietário do jornalismo ambiental. É preciso promover debates plurais, proporcionando diálogo entre diferentes setores da sociedade. Apesar de mostrar a importância de “compatibilizar visões, experiências e conhecimentos” na relação entre o homem e o meio ambiente, Bueno afirma que o jornalista ambiental “não pode abrir mão da militância [...]. Isso significa repudiar a neutralidade, tomar partido, investigar as causas e consequências de ação nefasta dos grupos econômicos que degradam o meio ambiente” (2007, p. 21).

Negar a neutralidade não significa que se deve seguir para o outro extremo, na defesa sectária de um só discurso de modo a desqualificar outras opiniões. O jornalismo ambiental não pode ir de encontro aos preceitos do jornalismo enquanto campo profissional. Para Sousa, “A visão de Bueno é, assim, ideologicamente, enquadrada, antiliberal e anticapitalista, opção questionável numa reflexão que deveria tentar ser isenta” (2008, p. 28).

Entende-se, contudo, que há questões relevantes propostas por Bueno. Sousa (2008), por exemplo, identifica como pertinente a consideração de que as fontes nem



sempre defendem o que realmente pensam, mas também o que pagam para dizer ou que se sentem obrigadas a dizer por conta de relações com entidades. Outra proposição pertinente de Bueno (2007) apresenta o jornalismo ambiental ligado ao dia-a-dia das pessoas, inclusive em áreas urbanas, e com o dever de incentivar a participação da sociedade nas tomadas de decisão. Considera ainda que a segmentação adotada pelos *media* é prejudicial por não permitir a divulgação do tema de forma integrada.

Quando se fala em jornalismo ambiental na Amazônia, algumas particularidades regionais precisam ser consideradas. Um dos aspectos a ser eliminado da cobertura é a mitificação do território amazônico. Como explica Santos, “os relatos jornalísticos, para além da informação, têm como efeito o reforço de mitos acerca da Amazônia” (2002, p. 131). Dutra percebe que a região hoje é pauta nacional, principalmente em documentários de televisão, e “a partir de noções pré-construídas sobre a região, esses programas tendem a reeditar estereótipos historicamente fabricados [...]” (2005, p. 74). Por isso, é importante mostrar a Amazônia não apenas como exótica e longínqua, mas como um lugar marcado por contradições socioeconômicas e pela diversidade.

Sousa (2008) lembra que os meios jornalísticos podem exercer papel didático no sentido de promover a eco-alfabetização das pessoas e acredita que uma das principais responsabilidades do jornalista que lida com pautas ambientais é evitar que constrangimentos mantenham a cobertura do meio ambiente cíclica e impeçam uma atenção permanente. Deve-se considerar ainda que “[...] a cobertura ambiental está penalizada pelo próprio processo de fragmentação do sistema de produção jornalística, que, ao desdobrar-se em editoriais, retira do debate ambiental a sua perspectiva inter e multidisciplinar” (BUENO, 2007, p. 44).

### **Análise do Diário do Pará**

O período escolhido para análise dos textos jornalísticos, neste estudo, faz parte da sequência de acontecimentos desenrolados a partir de ações das esferas estadual e federal de governo para tentar diminuir os índices de devastação da floresta. As operações “Arco de Fogo” e “Guardiões da Amazônia”<sup>11</sup>, realizadas pelo Ibama, pela Polícia Federal e pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, iniciam o combate ao desmatamento em fevereiro de 2008 pelo município de Tailândia, no Pará.

---

<sup>11</sup> Tais operações representaram uma reação dos governos diante dos números apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em janeiro de 2008 referentes ao desmatamento de agosto a dezembro de 2007.

Foram catalogados nesta pesquisa os textos sobre desmatamento na Amazônia publicados pelo jornal Diário do Pará, um dos mais influentes do estado. O recorte do corpus é de dois meses: março e abril de 2008, quando houve intensificação e repercussão das operações. Este trabalho busca verificar como um periódico diário da região constrói a realidade e gera conhecimento sobre o problema do desflorestamento ilegal, a partir da análise de conteúdo como metodologia definida.

No período delimitado para a coleta dos dados, houve publicação de 61 edições do jornal Diário do Pará. Foram computados 168 textos jornalísticos com o desmatamento como tema principal, secundário ou mesmo de contexto. É importante destacar que 84 textos (50%) trazem informações sobre as operações “Arco de Fogo” e “Guardiões da Amazônia” ou repercussões da situação nos municípios de Tailândia e Paragominas, primeiros a receber trabalhos das operações de combate ao desmatamento.

Apesar de aparecer com alguma constância em textos jornalísticos do Diário do Pará, são poucas as vezes que o desmatamento está manchetes do periódico. Nos meses analisados, 8,34% do material tem destaques de capa, sendo 7,74% de manchetes secundárias e apenas 0,60% de manchete principal. Isso significa que, do *corpus* de 168 textos analisados, 91,67% não receberam chamada na primeira página do jornal (ver gráfico 1). Apenas um texto jornalístico com tema ligado ao desflorestamento da Amazônia figurou na manchete principal de capa do jornal.

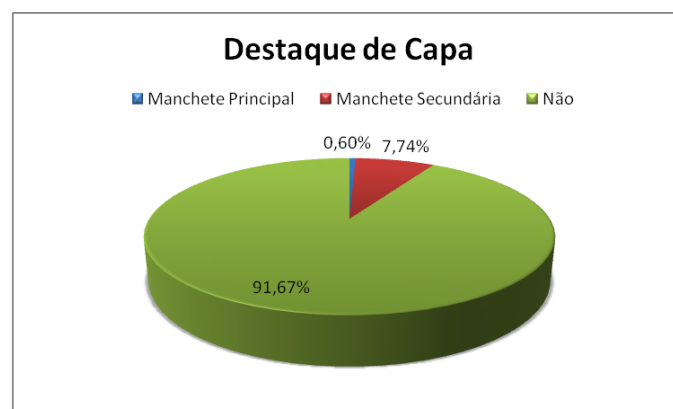


Gráfico 1: Percentual de textos por destaque de capa  
Fonte: Dados da pesquisa

Assim, embora o assunto seja tratado pelo jornal, ganha pouco realce. Definir as notícias que recebem ou não destaque faz parte do processo de seleção inerente a todas as etapas do trabalho jornalístico. Para Marcondes Filho, a escolha ou a exclusão configuram-se no jornalismo como opções ideológicas. “Este processo é realizado



segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade” (MARCONDES FILHO *apud* HENN, 2002, p. 36).

Há muitas causas que levam ao desmatamento. Segundo Alencar e outros (2004), as principais são pecuária, agricultura familiar, produção de grãos, e o que chamam de “desmatamento oculto”, onde estão agrupadas a exploração de madeira e o incêndio florestal. Partindo destes pressupostos, ficaram definidos os tópicos que seriam usados para diferenciar as causas do desmatamento neste trabalho.

Manteve-se a divisão de Alencar e outros nas opções pecuária, exploração madeireira e agricultura familiar. Em vez de utilizar o termo produção de grãos, prefere-se falar em agricultura mecanizada. O motivo é que, além de identificar como causa as lavouras de soja e outros grãos, foi possível acrescentar plantações como as de cana-de-açúcar, encontradas poucas vezes nos textos, mas que ficariam sem classificação caso a nomenclatura permanecesse limitada à atividade de produção de grãos. Quanto às queimadas, não houve registro de textos que tratassem da questão, até porque o período analisado tradicionalmente não apresenta este tipo de problema.

Os motivos que levam ao desmatamento foram catalogados e os dados encontrados são os seguintes: 62,50% dos textos relacionam o desflorestamento com a exploração madeireira; 4,76% fazem referência à pecuária como causadora do desmatamento; em seguida, com 4,17%, está a agricultura mecanizada; a agricultura familiar aparece em apenas 1,79% do material; e em 33,93% das ocorrências o problema aparece genericamente, sem identificar as causas, tal item é considerado como causa não especificada (ver gráfico 2).

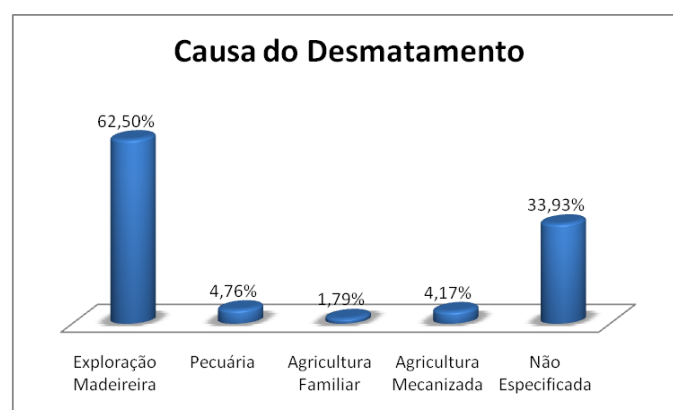


Gráfico 2: Percentual de textos por atividade causadora do desmatamento  
Fonte: Dados da pesquisa



Percebe-se que, no período definido para o estudo, o desmatamento é tratado como algo extremamente ligado à extração de madeira. A despeito da pecuária e da produção de soja serem hoje as principais razões do desflorestamento<sup>12</sup>, estas categorias aparecem muito pouco. Uma das explicações para a expressiva aparição da atividade madeireira é, novamente, o fato de que nos meses de março e abril as operações “Arco de Fogo” e “Guardiões da Amazônia” estavam em plena atividade e repercutiram no Diário do Pará. Como as ações ocorreram basicamente em municípios voltados para a atividade madeireira, foi esta causa que recebeu destaque e ampla cobertura.

Mostrar a madeira ilegal é importante, mas não é tudo. Há indícios de que a atividade citada tem maior presença no jornal do que as outras, não apenas dentro do espaço temporal deste estudo. Luciana Costa (2008), ao analisar artigos e reportagens publicados no Diário do Pará nos anos de 2003 e 2004, constatou que:

[...] neste início de século, no que se refere à cobertura da mídia impressa paraense, especialmente do jornal citado, as madeiras passam a se tornar protagonistas da maioria das reportagens, ora como vilãs do desmatamento ora como sustentáculos do desenvolvimento sustentável na Amazônia. (COSTA, 2008, p. 2-3).

Deve-se lembrar ainda que o jornal traz amostras de questões que, apesar de não serem causas diretas do desmatamento, fazem papel de agente indutor. É assim com a grilagem, a criação de obras de infra-estrutura e a demora para a implementação de ações do Estado em áreas de risco de desflorestamento.

Percebe-se que o jornal tende a expor mais frequentemente a atividade madeireira – e, em consequência, o grupo de atores sociais dos madeireiros – como grande responsável pelo desmatamento na Amazônia. Deveria levar em conta que a extração ilegal de madeira não é a única nem a principal forma de desmatamento. As causas do desflorestamento aparecem no periódico em contraposição com o que ocorre na realidade, já que a pecuária, destaque hoje entre as atividades desmatadoras, figura com poucas inserções nos textos.

Na tentativa de traçar um quadro abrangente das vozes ouvidas pelo Diário do Pará, foram distinguidas 16 fontes. Os políticos representam as fontes mais encontradas, com 21,43%; depois vem o Ibama, com 15,48% das ocorrências no noticiário; em seguida estão as entidades de classe, que aparecem no periódico em 11,31% do material

---

<sup>12</sup> Segundo Alencar e outros (2004), a pecuária está no topo das causas do desflorestamento, especialmente a extensiva e de baixa produtividade.

– aqui encontram-se tanto entidades de empresários e produtores como de trabalhadores ou comunidades –; outras fontes governamentais foram citadas em 8,33% das amostras – neste item, estão secretarias e órgãos ligados aos governos diferentes daqueles de ação direta sobre o meio ambiente, como Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Sema, que estão em tópicos específicos –; empatados com 7,14% das inserções ficam as subcategorias empresários/fazendeiros e Ministério Público, seja Federal ou do Estado; a próxima fonte é a Sema, ouvida em 5,95% dos textos; em seguida, com a marca de 5,36% identificações, estão MMA, Polícias Federal, Civil ou Militar, institutos de pesquisa e o item “outros” – fazem parte deste último fontes como o Exército, moradores de áreas urbanas, entidades responsáveis pela divulgação de relatórios internacionais sobre meio ambiente, textos publicados por outros jornais ou revistas e o que mais não foi possível catalogar entre as demais opções –; as organizações não-governamentais (ONGs) têm 4,76% das inserções; aparecem em 1,79% dos textos fontes do Poder Judiciário e outras fontes ligadas à Justiça – como promotores, procuradores e ouvidores –; moradores de área desmatada são ouvidos em 1,19% dos casos; e há registro de que somente 0,60% dos textos utilizam trabalhadores que atuam em atividades ligadas ao desmatamento como fonte do jornal (ver gráfico 3).

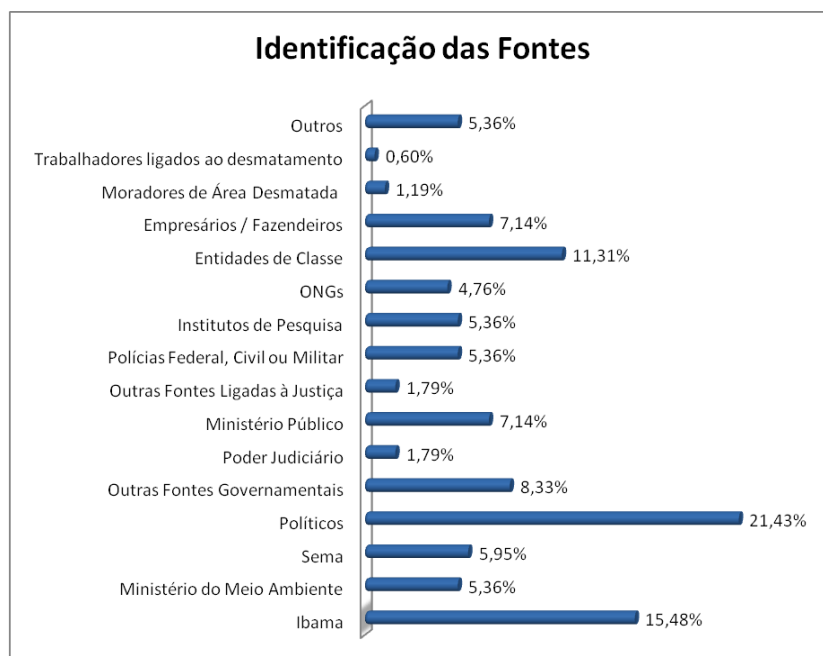


Gráfico 3: Percentual discriminado de fontes identificadas  
Fonte: Dados da pesquisa



Para destacar os extremos, percebe-se a larga vantagem que os políticos têm como fontes no Diário do Pará, o que indica que a linha marcadamente política, característica do periódico desde que surgiu<sup>13</sup>, continua a ter impacto no fazer jornalístico. Dar voz a políticos reiteradamente significa que o jornal prefere apresentar o viés oficial das informações a seus leitores e corre o risco de tornar-se “palanque”, algo preocupante já que a realidade social será construída assim. Além disso, não há garantia de que “a visão pública dos problemas ambientais se sintonize com as definições que as fontes oficiais dão para os mesmos” (SOUSA, 2008, p. 24).

Ficaram com os menores índices de inserção moradores de área desmatada e trabalhadores ligados ao desmatamento. Estas fontes, se mais utilizadas, levariam aos textos uma percepção voltada para o lado humano do problema, no sentido de mostrar histórias de pessoas que convivem com o desmatamento. Apesar dos trabalhadores de atividades desmatadoras aparecerem uma única vez nos textos, deve-se considerar o fato de que associações destes trabalhadores foram ouvidas e catalogadas como entidades de classe. Ou seja, eles estão no noticiário enquanto pessoas que sobrevivem do próprio trabalho e enquanto grupo organizado.

### **Considerações finais**

A realidade que se desenrola na vida cotidiana não está nos jornais tal qual existe, mas o noticiário constrói uma nova realidade (estabelecida pela linguagem) de modo que os textos nas páginas dos periódicos acabam por influenciar a realidade cotidiana. Considera-se que o jornalismo não é reflexo da realidade, tampouco cria informações ficcionais. No entanto, é preciso ter base na realidade existente para produzir uma nova realidade, criteriosa e que gere conhecimentos para o público.

Pode-se dizer que o desflorestamento na Amazônia é mostrado no periódico – pelo menos no período estudado –, o que elimina a ideia de que o tema configura-se como algo invisível na imprensa paraense. Apesar disso, a retirada da floresta e as tentativas de impedi-la não ganham tanto destaque em comparação com outras temáticas, já que textos sobre o desmatamento pouco aparecem em manchetes de capa.

Quando o jornal é pautado majoritariamente por operações do governo, ou seja, quando a agenda política influencia mais a agenda *mediática* do que o contrário, a

---

<sup>13</sup> Segundo o jornalista Expedito Leal (2007), o Diário do Pará foi criado, em 1982, com a proposta de defender os interesses políticos de Jader Barbalho, seu idealizador, que na época disputava a cadeira do governo do estado.



imprensa abdica do papel de pressionar, com apoio da sociedade, os poderes constituídos para prestarem contas e justificarem as medidas adotadas. Desta forma, o tratamento dado pelo Diário do Pará às pautas ambientais é considerado reativo, porque o jornal pouco propõe temas a serem debatidos. A construção da realidade acaba comprometida pela falta de iniciativa em problematizar a conjuntura ambiental<sup>14</sup>.

Assim como nem todo desmatamento é ilegal e nem sempre deve ser entendido como crime, por mais bem intencionada que seja uma operação fiscalizadora há sempre questionamentos pertinentes a se fazer. Um deles seria quanto ao motivo que levou a “Arco de Fogo” e a “Guardiões da Amazônia” a iniciarem os trabalhos em áreas ligadas à exploração madeireira, enquanto a produção de grãos e a pecuária – principais causadoras do desmatamento – são menos incomodadas e continuam em expansão na Amazônia. Não se trata de estabelecer uma competição entre qual atividade deve ser mais combatida, apenas busca-se compreender as escolhas feitas pelo governo (quando fiscaliza) e pelo jornal (quando pauta e dá enquadramento às notícias).

A cobertura reativa do Diário do Pará encontra nas fontes oficiais a maneira de se consolidar. Dificilmente o periódico se antecipa para cobrar providências do poder público. Mesmo assim, os políticos têm mais voz do que qualquer outro segmento da sociedade nos textos catalogados. Para Henn (2002, p. 104), “A subserviência às fontes oficiais, bastante comum na imprensa brasileira, compromete ainda mais esse pressuposto conhecimento que a notícia enverga.” Os fragmentos da realidade continuam a se espalhar nos jornais e podem tornar-se nocivos quando as fontes não compõem arena discordante e o contraditório sai da pauta. Quanto menos versões o relato jornalístico possui, mais fragmentado está.

Ao analisar o noticiário, foi possível visualizar um mosaico desconexo a partir da coleta dos fragmentos sobre desmatamento na Amazônia. A explicação vem do nível de relação entre o desflorestamento e as atividades que levam a ele. Há conexão entre madeireiros e desmatamento, enquanto os outros setores de produção, ligados à agropecuária, são pouco lembrados. Ou seja, se os fragmentos da realidade publicados fossem agrupados para a formação de uma espécie de mosaico, não se estaria diante de uma realidade coerente quanto às causas do desflorestamento. Quanto ao saber ambiental, Bueno acredita que o mosaico de informações “retira a perspectiva integrada e

---

<sup>14</sup> As exceções são reportagens de denúncia assinadas pelo repórter Frank Siqueira sobre dificuldades socioeconômicas enfrentadas em Tailândia durante as operações e sobre irregularidades em madeireiras envolvendo políticos do município.



a sua dimensão histórica contemplando-o a partir de fragmentos de cobertura que descartam o contexto” (2007, p. 18).

A postura reativa e o mosaico desconexo apresentados nas páginas do Diário do Pará prejudicam a construção da realidade e o conhecimento gerado pelo material jornalístico. Como sugestões para aprimorar a cobertura do desmatamento na Amazônia feita pelo jornal acredita-se que é importante: 1) desvincular o jornal das fontes políticas e oficiais, que contribuem para torná-lo reativo, e dar mais voz a indivíduos como moradores de áreas desmatadas e trabalhadores que sobrevivem da derrubada da floresta; 2) entender que os madeireiros nem sempre são “vilões” e que empresas e produtores rurais que trabalham em agricultura ou pecuária também causam desmatamento; 3) criar sucursais em pontos estratégicos do interior do estado para aproximar o jornal dos epicentros de pautas ambientais ligadas à floresta amazônica.

Os problemas do meio ambiente são complexos e, no caso da Amazônia, “Só negociações adequadas podem ser solução para a definição de como se dará este novo ciclo de exploração das riquezas da região e evitar que as preocupações ecológicas sirvam de instrumento ideológico de apropriação dos seus recursos naturais” (BECKER, 1994, p. 95). Os jornalistas devem atentar para as novas possibilidades de desenvolvimento voltadas para o menor impacto ao meio ambiente e não podem esquecer que este tema lida sempre com interesses, seja de grandes corporações econômicas ou de grupos ambientalistas. Os *media* precisam assegurar senso crítico ao jornalismo e apregoá-lo como forma de conhecimento.

## Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005.

ALENCAR, Ane *et. al.* **Desmatamento na Amazônia**: indo além da “Emergência Crônica”. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação ambiental: conceitos e reflexões. In: BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007. P. 11-54.

COSTA, Luciana Miranda. As madeireiras na berlinda do desmatamento: análise da cobertura do Jornal Diário do Pará nos anos 2003 e 2004. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE



CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2008. CD-ROM.

DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index3.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo: como se forma el presente.** Buenos Aires: Paidós Comunicación, 1991.

HENN, Ronaldo. **Os fluxos da notícia: uma semiose sistêmica.** São Leopoldo: Unisinos, 2002.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL; Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir.** Tradução de Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul: manual de comunicação.** Tradução de Rafael Varela Jr. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

LEAL, Expedito. **Um jornal de campanha.** Campinas: Komedi, 2007.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: EDUFSC, 1992.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles S. (org). **Meios de comunicação de massa.** São Paulo: Cultrix, 1970. P.168-185.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTE, Cristina. Jornalismo e produção de conhecimentos. In: PONTE, Cristina. **Leitura das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2004. P. 51-98.

SANTOS, Joice Bispo. **Leituras da floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira.** 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUSA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica.** 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.